

FORMAÇÃO INDUSTRIAL DE SERTÃOZINHO-SP (1930-1980): AS LIÇÕES DA HISTÓRIA VERSUS O MITO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL

JEFFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO

Professor de Sociologia no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus de Sertãozinho. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE. Graduado em Ciências Sociais pela UNICAMP e especialista em História, Cultura e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

Contato: jefferson.nascimento@ifsp.edu.br

FORMAÇÃO INDUSTRIAL DE SERTÃOZINHO-SP (1930-1980): AS LIÇÕES DA HISTÓRIA *VERSUS* O MITO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL

Jefferson Ferreira do Nascimento

RESUMO

Este artigo visa a analisar o processo de formação industrial de Sertãozinho-SP, concentrando as análises no período 1930-1980. Esta análise objetiva resgatar a modernização da indústria local, levando em consideração as conjunturas política e econômica do Brasil. O artigo nasce da monografia intitulada “*A Formação Industrial de Sertãozinho-SP (1930-1980)*” e tem como tese que o desenvolvimento local ocorre graças à participação direta do Estado na economia, objetivando a passagem da economia agrária para a economia industrial. Tal fato é verificável ao longo de todo o processo de modernização econômica local e não difere do contexto nacional de desenvolvimento da indústria de bens de capital, que contou com grande apoio do BNDE (atual BNDES) e com o estímulo do II PND, entretanto, contraria o mito que habita o imaginário coletivo local de que o empreendedorismo da “*nossa gente*” teria “*semeado o Sertão*”.

Palavras-Chave: Sertãozinho-SP – Formação Industrial – Estado Brasileiro – Proálcool.

INDUSTRIALIZATION OF SERTÃOZINHO-SP (1930-1980): THE LESSONS OF HISTORY *VERSUS* THE MYTH OF LOCAL ENTREPRENEURSHIP

ABSTRACT

This article aims to analyze the industrialization of Sertãozinho-SP, focusing the analysis on the period 1930-1980. This objective analysis redeems the modernization of local industry, taking into account the political and economic situations in Brazil. The article is originated from the monograph entitled “*Industrialization of Sertãozinho-SP (1930-1980)*” and its thesis that local development occurs through the direct participation of the state in the economy, aiming to shift from agrarian to industrial economy. This fact is verifiable throughout the process of local economic modernization and does not differ from the national development of the capital goods industry context, which had great support from BNDE (now BNDES) and the II PND stimulus, however, contrary to the myth that inhabits the local collective imaginary that entrepreneurship of “*our people*” had “*sown the Hinterland*”.

Keywords: Sertãozinho-SP - Industrialization - Brazilian State – Proálcool.

INTRODUÇÃO

Sertãozinho, localizada a Nordeste do Estado de São Paulo, entre as bacias hidrográficas dos Rios Pardo e Mogi-Guaçu, teve notória relevância nas estratégias de diversificação da matriz energética, foi o centro do maior polo produtor de açúcar e álcool do Brasil e também o lugar onde grande parte das usinas do país foram fabricadas, “do parafuso à caldeira”. Hoje, muito se fala do esgotamento do ciclo econômico que alçou o município ao posto de “Capital do Açúcar e Álcool”, mas é fundamental questionar: esse esgotamento foi abrupto? Havia indícios que apontavam para o caráter cíclico deste modelo e que permitiria algum planejamento local? Esse modelo econômico em algum momento foi autônomo e sustentável?

Este artigo nasce da monografia intitulada “*A Formação Industrial de Sertãozinho-SP (1930-1980)*”, disponível para consulta na Biblioteca Prof. Nicolau Dinamarco Spinelli, do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto-SP¹. O objetivo é resgatar, na história econômica do município de Sertãozinho, a modernização da indústria local, levando em consideração as conjunturas política e econômica do Brasil. Para isso, é necessário compreender o processo que transformou um antigo povoado, aos “fundos” de Ribeirão Preto, em local estratégico para o Brasil se tornar grande produtor e exportador mundial de fontes renováveis de energia, bem como compreender as causas de sua crise. Tal compreensão é necessária para avaliar a estratégia de desenvolvimento de diversos municípios brasileiros.

Para a compreensão desse processo analisaremos os impactos da Crise de 1929 na cafeicultura da região e a greve dos metalúrgicos, em maio de 1980, em Sertãozinho. A Crise de 1929, no Brasil, foi responsável pela queda acentuada do preço do café, provocando “o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas” (IANNI *apud* SANTOS, 2010, p.31), modificando a estrutura fundiária, provocando o surgimento e o desenvolvimento de outras atividades produtivas. A greve de maio de 1980 tem caráter simbólico: na década de 1980 aparecem os sinais da crise na indústria local. Em reação, nasce o Centro da Indústria de Sertãozinho (CEISE) – atual Ceise Br – uma organização patronal que se tornou a principal voz dos grandes empresários locais (hoje com atuação nacional). Se na primeira metade da década, período da “Califórnia brasileira”², a região continuava a oferecer empregos em meio à recessão, os sinais da crise já podiam ser notados a partir de 1983. E, na segunda metade, com a “conjuntura econômica desfavorável às indústrias de bens de capital e da desaceleração do Proálcool [...] ocasionada pela crise econômica que inviabilizou a continuidade de investimentos estatais”, a oferta de empregos e a situação socioeconômica no município seria atingida (SANTOS, 2010, p.60). Sobretudo, após o ano de 1985,

¹ Apresentada como conclusão do curso de Pós Graduação em História, Cultura e Sociedade, em 2008, na referida instituição.

² Califórnia Brasileira é a denominação que o jornalista Ricardo Kotscho deu à região de Ribeirão Preto ao analisar os efeitos positivos do setor sucroalcooleiro na geração de emprego na região na década de 1980.

a “antessala da reestruturação produtiva” na Zanini S/A, é marcada por “desemprego em massa e precarização das relações de trabalho como parte das estratégias e novas práticas de gestão” (SANTOS, 2010, p.56-57). A partir de então, a situação da Zanini vai se complicando até a fusão com a Dedini, formando a DZ S/A e, posteriormente, a sua incorporação pela Dedini S/A. É aí que a Zanini entra no imaginário da cidade como a base genealógica industrial de Sertãozinho, em função do grande número de empresas derivadas de ex-funcionários e ex-sócios.

Entretanto, contrariando o que comumente se ouve em Sertãozinho, a tese do artigo é que o desenvolvimento local ocorreu graças à participação direta do Estado³ na economia, objetivando a passagem da economia agrária para a industrial. Esse fator explica a consolidação da economia canavieira local. Um comportamento similar do Estado ocorre na Era Vargas, no governo Juscelino Kubitschek e na Ditadura Militar favorecendo tanto a economia canavieira, quanto o processo de industrialização – período em que Sertãozinho, através da Zanini, atinge alto grau de desenvolvimento na indústria, incrementado, sobretudo, com o Proálcool. E é a quarta fase do Proálcool, a partir de 2003, que estimula um novo processo de desenvolvimento, com o surgimento de novas empresas e elevada geração de emprego e renda – interrompido a partir da crise de 2008.

Dos cafezais aos canaviais

Quando os sinais da crise na cafeicultura se acentuaram, sobretudo em 1929, houve a intervenção do Estado no mercado e a depreciação das finanças suavizou a depressão, conforme explicita o modelo keynesiano: o déficit evita a queda brusca da renda no país (MELLO, 1991, 160-173). Afinal “o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial” (MELLO, 1991, p.145). Em outras palavras:

Não pode permanecer nenhuma dúvida de que a política de defesa do café posta em prática pelo Estado tenha desempenhado papel fundamental, ao assegurar a remuneração do café a preços internos que puderam, ao menos, cobrir os custos monetários variáveis e o consumo capitalista de grande parte das empresas cafeeiras intramarginais, e, deste modo, sustentando relativamente o nível de operação e de renda do segmento urbano do complexo exportador. (MELLO, 1991, p.171)

Isso pode ser comprovado, em âmbito local, pelas informações captadas no Cartório Oficial de Registros de Imóveis e Anexos de Sertãozinho. Por intermédio delas, foi possível constatar que a

³ A definição de Estado que adotamos é a mesma de Ellen Wood, seguindo Morton Fried, para quem o Estado é um “complexo de instituições por meio das quais o poder da sociedade se organiza numa base superior à família” (FRIED apud WOOD, 2011, p. 37). “Uma organização de poder que significa uma reivindicação de preponderância da aplicação da força bruta aos problemas sociais [...] a evolução de uma autoridade pública coercitiva especializada gera necessariamente uma divisão entre produtores e apropriadores” (WOOD, 2011, p.37). Em suma, o Estado como forma de poder público.

área industrial de Sertãozinho é fruto do desmembramento, principalmente da Companhia Agrícola Dumont (ou Fazenda Dumont, ou, ainda Dumont Coffee), conforme nos mostra o registro 3198, do livro 3F, folhas 31 e 32. Essa fazenda abrangia extensas áreas como o atual município de Dumont, áreas de Pradópolis e Barrinha e chegava próxima às divisas de Sertãozinho com Pitangueiras e Pontal, incluindo aí a maior parte das áreas industriais atuais de Sertãozinho. Ou seja, englobava toda a margem sul da atual Rodovia Armando Salles de Oliveira, iniciando na Rodovia Carlos Tonani (Ribeirão Preto a Jaboticabal) até a divisa com Pontal e Pitangueiras, o distrito industrial da margem norte da Rodovia Armando Salles de Oliveira (na marginal Francisco Vieira Caleiro) e o distrito industrial da margem norte da Rodovia Armando Salles de Oliveira aproximadamente do quilômetro 340 seguindo rumo a Bebedouro. Era, também, parte da Companhia Agrícola Dumont a área onde funcionou a Usina São Geraldo. Inclusive, a maior parte das terras da Cia. Dumont foi usada para quitar débitos, principalmente, com trabalhadores. Já as terras onde foi instalada a Usina Santa Elisa foram adquiridas junto aos herdeiros de Maria Moreira Bianconi, herdeira, por sua vez, de Antônio Bianconi – outro importante cafeicultor local. A outra parte industrial compreendida na margem norte da Rodovia Armando Salles de Oliveira, aproximadamente entre o quilômetro 337 a 340, era Patrimônio de Nossa Senhora Aparecida e São João, conforme registro 3932, do livro 3F, folha 207. Nessa, foram constituídos o distrito industrial e outras empresas como a Tecomil, a Fundação Galassi, a antiga Golive, que ficavam em uma área hoje ocupada pelo perímetro urbano.

Além das terras, a mão de obra aqui estabelecida foi principalmente de imigrantes vindos para a lavoura cafeeira. Quando se fixavam na vida urbana, suas atividades eram mantidas com o capital das fazendas de café, pois mesmo os vários engenhos estabelecidos no município dependiam dessas fazendas. Outro ponto importante é a diversificação, de fato, da economia sertaneza, iniciada com a família Schmidt, que instala o Engenho Central, acelerando a atividade canavieira local, principalmente com a instalação da Usina Albertina.

É possível notar, também, uma tradição canavieira que esteve limitada pela economia cafeeira antes dos anos 1930, mas esteve presente na vida do município, não só nas fazendas de café, mas nas diversas propriedades do município, inclusive próximo à área urbana⁴. Além disso, os fundadores de importantes grupos usineiros como Marchesi, Biagi e Balbo, estavam ligados à Cia Agrícola Dumont e ao Engenho Central dos Schmidt, onde começaram sua vida profissional e/ou forneceram serviços e produtos. A família Simioni, outra proprietária de usina em Sertãozinho, teve sua trajetória no município iniciada no começo do século XX com uma selaria, outra atividade dependente das fazendas cafeicultoras.

⁴ Como é possível verificar no “*Boletim de Agricultura*”, publicado pelo Estado de São Paulo em 1903: “Quanto à canna, esta constitui a melhor lavoura depois do café [...] principalmente nos municípios de Franca, São Simão, Pirassununga, São João da Boa Vista, Jardinópolis, Sertãozinho, etc.” (apud SAMPAIO, 2010, p.25). Outra passagem ilustrativa é: “Já a ‘*Monographia do Município de Sertãozinho*’ chamava a atenção para a existência em 1905, de 33 engenhos no município” (SAMPAIO, 2010, p.25).

O crescimento da atividade açucareira se intensifica no município após a década de 1930, quando “a participação do Estado como promotor ativo e consciente do desenvolvimento industrial passa a ser importante” (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 25). Com a crise de 1929, o Brasil experimenta os reflexos da dependência em relação à monocultura, por esse motivo, o estado de “São Paulo começará a aplicar suas atividades, em escala crescente, na produção do açúcar” (PRADO JR, 2008, p.245). Processo também verificado na região de Ribeirão Preto. Esse fator acentua a desintegração do grande domínio agrário e a substituição pela pequena propriedade, transferida, principalmente, para imigrantes e seus descendentes que haviam formado a mão-de-obra necessária à produção cafeeira. Tal desintegração dos grandes domínios agrários foi primordial para o abastecimento dos *engenhos central* (PRADO JR, 2008, p.226-252).

No entanto, essa desintegração começa a ser revertida com a formação das usinas, após 1930. E, especialmente após 1960, com o fechamento do mercado norte-americano à produção cubana, o espaço começa a ser novamente concentrado e reorganizado, enfatizando a produção açucareira (PRADO JR, 2008, p.226-252). O mesmo ocorre com o município de Sertãozinho.

Em 1932, Pedro Biagi e João Marchesi compraram 700 alqueires de terra entre Sertãozinho e Pitangueiras, junto aos herdeiros de Antônio Bianconi, cafeicultor na região. No local, fundaram a Usina Santa Elisa em 1936. No mesmo ano, os filhos de Pedro Biagi e João Pagano compraram a parte de Marchesi e, em 1941, Pedro Biagi transferiu aos filhos suas propriedades, para evitar o confisco pelo Estado Novo, durante a Segunda Guerra Mundial. Outra família que se destaca na atividade canavieira é a família Balbo. Chegando ao Brasil com Alexandre Balbo, funcionário do produtor de café Arthur Diederichsen, na Fazenda Palestina, pôde comprar em 1900 um sítio de 50 alqueires entre Sertãozinho e Pontal (na época distrito), onde plantou café e, principalmente cana, que movimentava seu engenho. Em 1903 vende as terras para Francisco Schmidt; em 1906 passa a trabalhar no Engenho Central. Atílio Balbo, filho de Alexandre Balbo, iniciou sua trajetória profissional no Engenho Central, onde juntou recursos que possibilitaram a compra de 14 alqueires de terra que abasteceram a Usina Albertina, de Guilherme Schmidt. Através desses negócios com a família Schmidt foi possível concretizar a compra a crédito dos alicerces da Usina Santo Antônio, em 1946, idealizada pelos proprietários da Oficina Paschoal, e montada com equipamentos de vários fornecedores, dentre eles a M. Dedini, de Piracicaba⁵, e da própria Oficina Paschoal.

O município ainda contou com a Usina Boa Vista, instalada próxima à Usina Albertina. A usina contou com aproximadamente 15 funcionários, foi fundada antes de 1940 e produzia, em média, 6000 sacas de açúcar por safra, com maquinário da M. Dedini. Esse empreendimento foi fundado por Vittorio Mazer e seus equipamentos vendidos à Usina São Geraldo, em 1948, enquanto as terras da Fazenda

⁵ Segundo Dean, a M. Dedini teve como fonte de parte do capital a lavoura, evoluindo de uma fábrica de carroças à indústria de equipamentos pesados acompanhando a expansão da cana na região de Piracicaba (DEAN, 1971, p.125).

Boa Vista ficaram de herança para José Barros Mazer – filho mais novo de Vittorio. A existência dessa usina permite comprovar em Sertãozinho os efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na economia açucareira, que dificultou a chegada de produtos de outras regiões e aumentou a demanda pelo açúcar durante o conflito, estimulando a criação de usinas para o abastecimento local; porém a realidade se altera no pós-guerra, já que o foco passa a ser a exportação, o que exige mais eficiência das usinas (HASSE, 1996; HASSE, 2003; PRADO JR, 2008, p.226-252). Ou seja:

Essa demanda insatisfeita dos principais centros consumidores criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importavam de outras, basicamente do Nordeste. E foi essa expansão dos anos da Segunda Guerra que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os Estados do sudeste do Brasil, uma transferência que só chegou a se completar de fato na década de 1950, mas que já podia ser percebida ao término do conflito (SZMRECSÁNYI, 1991, p.59).

Outro exemplo foi a Usina Santa Lúcia, fundada em 1947, por João Baptista Sverzut, que recebia manutenção da Oficina Paschoal e iniciou suas atividades produzindo 9000 sacas de açúcar por ano, chegando a 90 mil sacas ano. Foi comprada pela Usina Santa Elisa e seu maquinário transferido do local original sendo desativada em 1957 (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

Outra importante usina da região foi a Usina São Geraldo, incorporada à Usina Santa Elisa nos anos 1990, cuja primeira safra ocorreu em 1946, criada por Adelino Fortunato Simioni, proprietário da Fazenda São Geraldo que forneceu cana para Maurílio Biagi e plantou mandioca entre 1940 e 1946. Simioni contou com financiamento do Instituto do Açúcar e Álcool (IAA) para implantar a usina montada com equipamentos da M. Dedini e uma moenda usada comprada junto à Destilaria da família Bortolo Carolo, de Pontal (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

Em 1956, Attilio Balbo compra de Guilherme Scatena a Usina São Francisco, fundada por Antônio Paschoal, proprietário da Oficina Paschoal, Primo Guidoni, proprietário da Fábrica de Massas Guidoni e pelo médico Edgar Pagnano, em 1945; e comprada em 1954 por Egisto e Arlindo Sicchieri - herdeiros de Fioravante Sicchieri ex-funcionário da Fazenda Dumont, que venderam a usina à Scatena. Em 1962, Balbo compra também a Usina Sant'Ana das Posses, fundada pela família Verri e por Mário Batiston, que chegou a produzir 70 mil sacas de açúcar e 600.000 litros de álcool. Nesse último caso, o grupo Balbo vendeu os equipamentos, anexando as terras e incorporando a cota de fabricação e os clientes (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

Também em 1956, a Usina Santa Elisa foi adquirida integralmente por Maurílio Biagi, a partir daí uma série de inovações vão baratear o custo de produção, a ponto de torná-la a maior da região. Graças à ajuda do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), do governo do Estado de São Paulo. É com essa ajuda que o solo ácido da região da Usina Santa Elisa foi corrigido, em ciclos estatisticamente organizados com

experimentações controladas, que permitiram conhecer a capacidade da vinhaça em reduzir o *Ph* dos solos. É, também com essa ajuda, que Biagi vai perceber que a terra mista, mais arenosa, como da região da Santa Elisa, era viável para o plantio de cana e que bastava adicionar matéria orgânica. Isso sem contar a técnica de branqueamento que permite a queimada e facilita o corte manual e o fato da região da usina ser plana, portanto, propícia à mecanização, feita a partir de 1945 para a preparação da terra. Além dos apoios técnicos do IAC e ESALQ, não devemos descartar a ação protecionista do IAA, que ajudou a expansão da economia canavieira (HASSE, 1996; HASSE, 2003; SARTI, 2007). Vejamos:

As medidas tomadas neste sentido determinaram, a médio e longo prazo, um grande aumento da capacidade produtiva instalada nos referidos Estados. Tratava-se de uma tendência que já vinha de antes, e que havia sido interrompida, no início da década de 1930, pelas políticas então adotadas pelo próprio Instituto, de proteção e amparo à agroindústria canavieira do Nordeste. Ela iria se intensificar bastante após a Segunda Guerra e, mais particularmente, depois da derrubada do Estado Novo, que havia sido instaurado por Getúlio Vargas em 1937 (SZMRECSÁNYI, 1991, p.60).

Podemos também perceber o aumento da participação paulista na economia canavieira:

[...] a preservação do IAA também se tornara possível graças ao substancial aumento que ele havia promovido nas quotas de produção de açúcar, um aumento pelo qual os usineiros de São Paulo tiveram incrementada a sua participação no mercado nacional de 17,6 para 22,2 por cento do total, enquanto que os de Pernambuco viam diminuída a sua de 37,7 para 28,9 por cento. Essa medida constituía, de um lado, um reconhecimento formal da gradativa transferência da hegemonia na agroindústria canavieira do Nordeste para o Centro-Sul. (SZMRECSÁNYI, 1991, p.61).

Após a Segunda Guerra Mundial a ação protecionista do Instituto Açúcar e do Alcool (IAA) deixa de ser voltada à região nordeste passando a toda atividade canavieira, o que permite o deslocamento do eixo desta economia para o Centro-Sul, que havia aumentado sua capacidade produtiva especialmente no período da guerra, notadamente o Estado de São Paulo. Neste deslocamento a região de Piracicaba, com maior tradição na economia canavieira, estimula o surgimento da M. Dedini, na época, a única indústria capaz de dar manutenção e de fabricar equipamentos e acessórios para as usinas, que surgiam rapidamente.

Mesmo com o fechamento do mercado dos Estados Unidos para o açúcar cubano, nos anos 1960, surgia a necessidade de aperfeiçoar a produção e baratear o açúcar, uma vez que antes disso a instalação de usinas continuou sendo intensa, graças aos financiamentos do IAA, o que fez com que a capacidade produtiva avançasse mais que o consumo. Os motivos supracitados explicam como a ação do IAA estimula uma expansão da atividade canavieira, como também explicam o porquê da compra de pequenas unidades produtoras pelas grandes usinas. Ou seja, com a expansão da produção e a intensificação da competitividade prevaleceu quem teve mais mecanismos de

barateamento da produção para permanecer no mercado, inclusive com a participação de órgãos públicos neste processo, exemplo disso é a Usina Santa Elisa e o apoio recebido pelo IAC e ESALQ. E assim ocorreu também nos mais diversos setores industriais como fica claro a seguir:

O desenvolvimento industrial no Brasil, da mesma forma que em outros *latecomers* no processo de industrialização, não poderia prescindir de alguma forma de orientação e fomento por parte do Estado (SUZIGAN, 1988, p. 5).

A dificuldade atinge as usinas da região na década de 1960 devido às quotas de produção estipuladas pelo IAA, pela dificuldade na aquisição de terras, pela maior competitividade no setor e pela ação mais direta do movimento sindical no campo.

Da produção manufatureira à produção industrial

Enquanto isso, em Sertãozinho, as oficinas iniciavam uma época de mudanças estimuladas pelo choque tecnológico causado pela implantação das usinas na região. A oficina que mais se destaca na primeira metade do século XX é a Oficina Paschoal, que consegue se adaptar melhor às exigências tecnológicas. Ela surge do capital agrícola, inicialmente prestando serviços para fazendas, depois para o Engenho Central e, por fim, para as usinas. Em oficinas familiares, como essa, vários profissionais se capacitaram para a era industrial, inclusive Ettore Zanini, sócio de Maurílio Biagi na fundação da Zanini. Ettore foi aprendiz na Oficina Paschoal.

Dessa forma, o respaldo governamental à economia açucareira tornava Sertãozinho competitiva, mas essa competitividade era limitada pela dependência tecnológica (geralmente as máquinas e equipamentos vinham de Piracicaba ou de outros países), o que faz crescer continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos. Para superar tal dependência, Biagi e Zanini se associam e fundam a Oficina Zanini, uma “sociedade em comandita” (BRAUDEL, 1996, p.387), que significava mais agilidade e melhor preço para a manutenção da Usina Santa Elisa, do comanditário Maurílio Biagi.

Na verdade, anos antes, Maurílio Biagi contou com o apoio de Leopoldo Dedini para convencer Mario Dedini a instalar uma filial em Sertãozinho. Não houve acerto, Sertãozinho ficou sem a filial e ganhou a empresa que se tornou a grande concorrente da Dedini e que foi fundamental para o desenvolvimento do município. O objetivo de Biagi era suprir a necessidade de assistência técnica de sua Usina, aproveitar a demanda por serviços da mesma natureza, reduzindo a primazia da Dedini, que era a maior empresa do setor e única fornecedora de bens de capital para as usinas da região. (LEÃO, 2005, p.86; MICELLI, 1984, p.60)

Fica claro, portanto, que a estratégia de Maurílio Biagi parte da necessidade de receber

assistência técnica com mais agilidade e custo menor. É assim que as atividades da Oficina Zanini Ltda. se iniciam em 1950, com o capital para compra de maquinário oriundo do “comanditário” Biagi e o conhecimento técnico e a experiência no setor e, portanto, autonomia na produção do “comanditado” Ettore Zanini (BRAUDEL, 1996, p.387). Naquela época a região de Sertãozinho contava com 14 usinas e a comunicação com Piracicaba não era das melhores: uma ligação telefônica às vezes demorava dias e a viagem era complicada. Importante registrar que a partir da década de 1930, a Dedini se beneficiou do apoio governamental às usinas, pois era “praticamente a única no país em condições de fornecer máquinas e equipamentos específicos para atender a esse novo mercado em expansão”, o que lhe permitiu crescimento e domínio no setor, mas certa lentidão na entrega dos serviços (LEÃO, 2005: 66-68; MICELLI, 1984; HASSE, 2003).

A industrialização gera “mudanças nas formas de subordinação associadas à transformação do capitalismo” (SILVA, 1986, p. 112-13). Ou seja, instala-se no município a agroindústria canavieira e, com ela, “cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra da força de trabalho” (SANTOS, 2010, p.31).

Maurílio Biagi vai se dedicar mais à Oficina Zanini na década de 1960 quando a dificuldade atinge as usinas da região devido às quotas de produção estipuladas pelo IAA, pela dificuldade na aquisição de terras, pela maior competitividade no setor e pela ação mais direta do movimento sindical no campo. É nesse momento que sua participação salta de 5% para 55%, Arnaldo Bonini passa de 10% para 25%, enquanto a participação de Ettore Zanini cai de 35% para 20% e Elpídio Marchesi, banqueiro e usineiro, sai da sociedade. Arnaldo Bonini e Elpídio Marchesi entraram na sociedade em meados da década de 1950, quando Biagi repassou sua participação ao sobrinho Arnaldo Bonini e, principalmente ao irmão Osvaldo Biagi, que repassou a Marchesi (HASSE, 1996; HASSE, 2003; SZMRECSÁNYI, 1991).

Era o momento de lucrar mais com a fabricação de equipamentos e aparelhos para usina do que, propriamente com a usina; pois “partir dos anos 60 o BNDE passaria a financiar o investimento privado em praticamente todos os gêneros da indústria de transformação” (SUZIGAN, 1988, p.7)⁶. Para isso era necessária uma administração planejada, motivo pelo qual foi contratado, em 1961, o engenheiro José Rossi Júnior, que aos 26 anos já havia sido diretor industrial da Acesita – empresa estatal fundada em 1943. Rossi foi um dos idealizadores do projeto de expansão da empresa e havia acompanhado o surgimento da Usiminas. O engenheiro aceitou o convite para dirigir a, ainda Oficina, Zanini em troca de participação na empresa. Neste impulso organizador, Maurílio Biagi era contra a fragmentação da unidade produtiva, como era marca da Dedini, em Piracicaba. Assim, compra um imenso terreno às margens da, hoje, Rodovia Armando Salles de Oliveira - aos fundos do sítio onde havia instalado, anos antes, a Agropecuária Lagoa da Serra, centro de inseminação artificial (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

⁶ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Desta forma, a Zanini projetava se tornar uma grande metalúrgica de acessórios e equipamentos para usinas, esse projeto de expansão contava com apoio da família Balbo, usineiros de Sertãozinho; da família Ometto, usineiros em Pradópolis; e de gerentes de usinas como da Usina São Martinho, em Pradópolis, e da Usina São Vicente, em Pitangueiras. A expansão esbarrava na ausência de energia na área, até então, rural, escolhida para instalação da nova fábrica. Impasse solucionado com o engajamento do prefeito da época, Egisto Sicchieri, que chegou a propor uma lei de aumento do perímetro urbano para criar ruas e ampliar a rede elétrica do município até alcançar a Zanini (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

Em 1962, o projeto de ampliação da Zanini é aprovado pelo BNDE, o projeto foi tocado com dinheiro próprio, até que, em 1965, com a nova fábrica em funcionamento, o BNDE libera a primeira parcela. Em 1966, a Zanini fabricou a primeira usina completa para a Usina Vale do Rosário. No ano anterior, tinha montado sua primeira moenda completa e entrado no ramo de turbinas com a aquisição de projetos da empresa dinamarquesa Atlas, que encerrara as atividades no país. Na década de 1960, o financiamento do BNDE ainda permitiu que a Zanini instalasse seu controle de qualidade e contratasse o engenheiro alemão Bernard Delmhorst, que aumenta a eficiência das caldeiras, criando uma caldeira que era abastecida pelo próprio bagaço, dispensando o uso de lenha (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

A trajetória de desenvolvimento da Zanini está ligada à ação do Estado: recebeu financiamento do BNDE para expansão e modernização; acatou a diretriz do governo militar de diversificar a produção, a partir de 1968. Essa diversificação que demandava mais tecnologia é possibilitada pelo financiamento do BNDE e pela abertura de capital, que gera a mudança de nome para Zanini Equipamentos Pesados S/A e angaria recursos para o desenvolvimento tecnológico, incorporando tecnologia de 33 países (HASSE, 1996; HASSE, 2003).

Assim, a Zanini acelera seu desenvolvimento, garantindo rentabilidade elevada. Além disso, cria, em 1972, o Centro de Treinamento Zanini para formação de mão-obra qualificada, que a movimentará e impulsionará o desenvolvimento industrial de Sertãozinho, que “assumiu grande importância nas economias regionais e do Estado de São Paulo” (SANTOS, 2010, p.39), com um parque industrial composto por metalúrgicas e mecânicas que abastecem o setor sucroalcooleiro com máquinas e equipamentos (SILVA, 1986, pp. 104-109; SANTOS, 2010, pp. 29-47).

Alavancando este processo, em 1971 o governo havia voltado a ser importante para a expansão da indústria, “as isenções de IPI e ICM foram estendidas às compras de máquinas e equipamentos no mercado interno” (SUZIGAN, 1988, p.8). Dessa forma, Sertãozinho se aproveita de um crescimento da indústria nacional e da respectiva busca por equipamentos. Pois:

[...] a estrutura industrial avançou no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital,

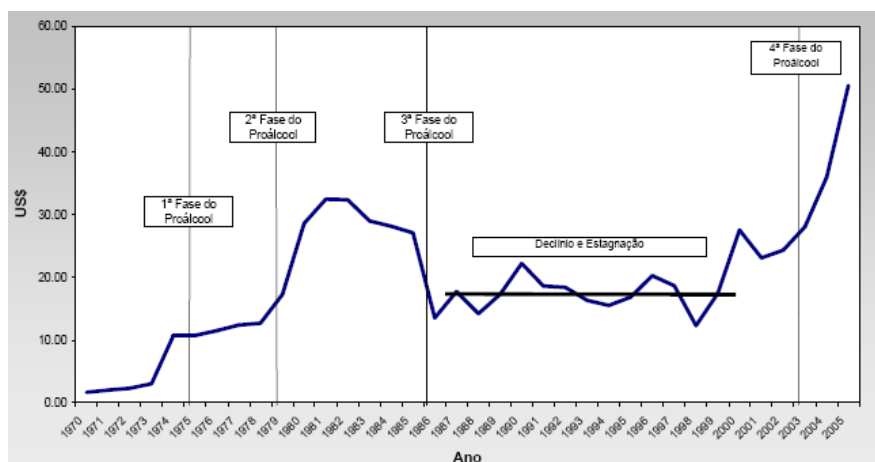
substituindo importações de insumos básicos [...] Essa estrutura, seria a base sobre a qual se apoiaria o rápido crescimento da produção industrial na primeira fase do ciclo expansivo 1968 a 1973-1974 (SUZIGAN, 1988, p.8).

Nesse ciclo expansivo, Sertãozinho já contava com outras importantes empresas, além da M. Paschoal & Irmãos e a Zanini. A Sociedade Artística e Moderna de Perfilados Ltda. (Samperfil) fundada em 1962, encabeçada por Valdir Martinelli, ex-funcionário da Oficina Zanini. A Técnica Construtora de Máquinas Industriais (Tecomil) e a Fundação Galassi, ambas de Ivano Galassi e Hélio Zanini, ex-funcionários da Zanini. A Fundação Moreno, fundada pelo ex-fundidor da Zanini Gentil Moreno. A Golive, de Hermínio Gomes e Rubens de Oliveira, que fabricava *trucks* para caminhões. A Caldeiraria e Máquinas (Camaq), fundada por Osvaldo Marques, ex-funcionário da Oficina Paschoal. A Caldema, caldeiraria de João Luis Sverzut e Rubens Cherubini, que recebeu como sócio Ettore Zanini. A Indústria Mecânica de Caldeiraria de Sertãozinho (Imcas), encabeçada por Ângelo e Ernesto Badiali, proveniente de Piracicaba e Arnaldo Bonini, ex-sócio da Zanini (HASSE, 1996).

Da expansão do Proálcool à Greve de 1980

O conflito entre Israel, Egito e Síria, em 1973, causou perturbações graves na principal zona produtora de petróleo, gerando assim a elevação dos preços, que culmina numa crise internacional, uma vez que o preço do barril quadruplicou (ver gráfico 1). Esta crise, conhecida como “choque do petróleo” afetou fortemente a economia nacional que importava entre 70% e 80% do petróleo que consumia. O que, mais uma vez, vai gerar a necessidade de intervenção do Estado brasileiro, com ações como Proóleo, Procarvão e o Proálcool. (MICHELLON *et al*, 2008).

GRÁFICO 1: Evolução do Preço do Petróleo – 1970-2005⁷



⁷ Extraído de MICHELLON *et al*, 2008.

O Proálcool, o mais eficiente dos três programas, criado em 1975, foi favorecido não só pelo choque do petróleo, mas também porque o país sentia os efeitos da crise na agroindústria canavieira (SHIKIDA, 2004, p. 229). Ele visava a reduzir a dependência externa de combustível, economizar divisas, interiorizar desenvolvimento, evoluir a tecnologia nacional, proporcionar crescimento nacional da produção de bens de capital e gerar emprego e renda. Nesse contexto, as metalúrgicas Zanini, de Sertãozinho, e Dedini, de Piracicaba, apoiavam o programa porque tinham tecnologia para equipar as destilarias que surgissem. Na verdade, a crise da agroindústria canavieira favoreceu a “orquestração” de interesses [...] [e] englobou os empresários das usinas e destilarias, o Estado, o setor de máquinas e equipamentos e a indústria automobilística” (SHIKIDA, 2004, p.230). Aproximando mais esta análise do objeto de estudo do trabalho, faz-se necessário observar a seguinte afirmação:

A certidão de batismo do Proálcool é um estudo chamado Fotossíntese como fonte energética, assinado por Lamartine Navarro Júnior, Renato Rezende Barbosa, Orlando Chesini Ometto, **Maurílio Biagi**, Mircea Tudor Manolescu e Cícero Junqueira Franco, além da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Coopersucar) e da Associgás. **[grifo meu]** (CASTRO, 2005).

Vejamos a seguinte reunião de Sigeaki Ueki, Maurílio Biagi e os líderes do governo militar:

Ueki, já escolhido ministro das Minas e Energia, chegou acompanhado do então presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo (Associgás), o engenheiro Lamartine Navarro Júnior, uma das maiores autoridades em álcool do mundo. Foram ele, **Maurílio** [Biagi] e Cícero [Junqueira Franco] que disseram aos futuros governantes que o álcool dava certo para mover uma frota ameaçada de paralisia total por falta de petróleo. **[grifo meu]** (CASTRO, 2005).

Podemos perceber que a autoria do projeto inicial tem participação direta de Maurílio Biagi proprietário da Usina Santa Elisa e da Zanini. Nesta época:

A Zanini era presidida pelo **Maurílio Biagi**, pai, também comandante da Usina Santa Elisa, hoje Companhia Energética Santa Elisa, de Sertãozinho. As usinas Santa Elisa, Vale do Rosário, e da Pedra, em Serrana, são as primeiras signatárias do Proálcool **[grifo meu]** (CASTRO, 2005).

O Proálcool começa com a produção do álcool anidro para aditivo da gasolina, para diminuir a necessidade de importação de petróleo e o déficit do balanço de pagamentos. A produção era feita pelas destilarias anexas às usinas de açúcar, aproveitando um parque industrial modernizado e ampliado pelos programas do IAA e a disponibilidade de matéria-prima que o açúcar não absorvia, pois enfrentava queda do preço no mercado internacional. O governo concedeu financiamentos e subsídios ao setor, ficando a cargo da Petrobrás a compra, transporte, armazenamento, distribuição

e a mistura do álcool à gasolina. Ficou a cargo do governo, também, a determinação do preço de venda do produto. A primeira fase termina com a expansão moderada do Proálcool, devido às incertezas por parte dos usineiros, que contavam com uma possível recuperação do preço do açúcar no mercado internacional e da indústria automobilística no que diz respeito à viabilidade do programa. Pode-se citar, como pontos positivos do período, o surgimento do carro movido a álcool hidratado em 1978 e geração de emprego e renda (MICHELLON *et al*, 2008). Veja a tabela 1:

Tabela 1 – Evolução da Produção de Álcool por Safra: 1975-76 – 1978/79 (fonte: ALCOPAR, 2007).

Safra	Volume de Álcool produzido (mil m ³)
1975/76	555,6
1976/77	664
1977/78	1.470,4
1978/79	2.490,6

Nota-se um aumento superior a 300% na produção de álcool no período, do qual a Zanini se beneficia contando com a criação de Luís Lacerda Biagi, filho de Maurílio Biagi: o sistema "turnkey" (chave na mão) de financiamento total e entrega de unidades prontas para iniciar as atividades (CASTRO, 2005). Na verdade, essa expansão tecnológica e de capacidade produtiva foi viabilizada pelos financiamentos do BNDE e movida pela mão-de-obra qualificada pela "Escolinha da Zanini", o Centro de Treinamentos Zanini.

Além disso, havia os estímulos do Estado brasileiro através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), inaugurando uma fase de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos, como siderurgia, química, petroquímica, cimento, celulose e papel; na indústria de bens de capital, como as de Sertãozinho; e de infraestrutura. O que aquece ainda mais a indústria nacional, conseqüentemente, do município. Em outras palavras:

[...] não há dúvida de que os investimentos do II PND representaram "um esforço de acumulação de capital e uma diversificação de estrutura industrial na direção da indústria pesada, sem precedentes na história da industrialização brasileira" (TAVARES; LESSA *apud* SUZIGAN, 1988, p.9).

Em 1979, o conflito entre Irã e Iraque, no Oriente Médio, eleva de novo o preço do petróleo (ver gráfico 1), marcando o início da Segunda Fase do Proálcool, caracterizada pelo incentivo estatal à produção de álcool hidratado, para o consumo em veículos movidos à álcool e para os setores químicos, além da produção de álcool anidro. Para isso as ações do governo consistiam em incentivar o carro a álcool e torná-lo prioritário em sua frota, fixar em 20% a mistura de álcool na gasolina, ampliar a revenda de álcool hidratado com preço estipulado em no máximo 65% do preço da gasolina, redução de impostos (Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, e Taxa

Rodoviária Única, atual IPVA), isenção de IPI para táxis a álcool e melhora no preço dos produtos, compensando a produção do álcool em detrimento do açúcar (MICHELLON *et al*, 2008). Essas modificações no sistema estimularam a produção do álcool, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da Produção de Álcool por Safra – 1979/80 – 1986/87 (fonte: ALCOPAR, 2007).

Safra	Volume de Álcool Produzido (mil m ³)
1979/80	3.396,4
1980/81	3.706,3
1981/82	4.240,1
1982/83	5.823,3
1983/84	7.864,2
1984/85	9.252,3
1985/86	11.830,5
1986/87	10.539,3

A Zanini e outras empresas de Sertãozinho são favorecidas, pois, para expansão da produção, foram necessárias instalação, modernização e manutenção de usinas. Entretanto, a safra de 1986/87 apresentou uma queda, anunciando a proximidade da estagnação do Proálcool. De fato, a produção da safra 1985/86 só foi superada pela safra de 1989/90 (ALCOPAR, 2007).

Porém, ocorreram, nos anos anteriores, em Sertãozinho, adaptações para enfrentar maiores demandas. A Zanini, na época uma das 100 maiores empresas do país, cria a Sermatec, em 1976. A partir daí uma prática será usada para acompanhar as necessidades do mercado: a criação de *joint-ventures*. Utilizando-se de parcerias com empresas alemãs foi criada, via Sermatec, a AKZ Turbinas, em Cravinhos, e a Renk-Zanini, fábrica de redutores também em Cravinhos. No município, novas empresas surgiram: a mais importante delas foi a SMAR, em 1974, que nasceu pela iniciativa de José Carlos Martinussi e Mauro Sponchiado, como empresa de assistência técnica e montagens das turbinas Zanini-Atlas. A Usina Santa Elisa, por sua vez, inaugurou em 1977 a conclusão daquela que havia sido a primeira planta do Proálcool (HASSE, 1996).

A greve e a decadência que deixaram frutos

A partir da década de 1980, o papel do Estado se altera devido à interrupção do fluxo de poupança externa e com a perda da capacidade de poupança e de investimentos do Estado. Isso ocorre, pois:

[...] após o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros no mercado internacional (1979), a situação do balanço de pagamentos deteriorou-se significativamente, e o estrangulamento externo impôs-se como a principal restrição macroeconômica ao crescimento (SUZIGAN, 1988, p.11).

O que simboliza o início da crise em Sertãozinho é a greve de maio de 1980, quando as relações entre empresas e movimento sindical passam a ser conflituosas. A greve arrastou-se por dias, devido a um piquete montado em frente ao portão principal da Zanini, **terminando devido à ação violenta da Polícia Militar abrindo caminho em meio ao comando grevista**. Para os patrões, as ações do Sindicato dos Metalúrgicos tinha influência na crise dos anos 1980 até fins de 1990. Para os sindicalistas, o movimento não gera emprego ou desemprego, luta por melhores condições de trabalho (HASSE, 1996, p.183-184). Assim surge o Centro da Indústria de Sertãozinho (CEISE) – atual Ceise Br-, uma organização patronal em reação às greves, objetivando intermediar os conflitos entre capital e trabalho, representados nas ações de empresários e Sindicatos (SANTOS, 2010, p.178). Nos documentos da própria entidade encontramos a seguinte definição:

Criado em 1980, o **CEISE**, Centro das Indústrias de Sertãozinho, nasceu com o objetivo de representar o parque industrial da região, atuando em negociações trabalhistas. De lá pra cá, a entidade acompanhou e participou do desenvolvimento do setor sucroenergético, bem como a sua inserção no mercado internacional (CEISE-BR).

Paralelamente ao crescimento do CEISE, ocorria na cidade o enfraquecimento da Zanini, especialmente quando os efeitos da perda de capacidade de poupança e investimentos do Estado brasileiro atingem mais diretamente a agroindústria canavieira e, por consequência, a indústria de base. Isso ocorre, pois, com a perda de capacidade de investimento do Estado, o Proálcool enfrenta um período de declínio e estagnação, em especial por dois fatores: a queda contínua no preço do barril de petróleo a partir de 1982, como mostra o gráfico 1; e a estabilização na corrida para a implantação de usinas e destilarias, pois os financiamentos se tornaram escassos. Ou seja, “[..] o Estado não apenas deixou de orientar como retardou o desenvolvimento”, pois na década de 1980 houve uma:

[...] indefinição de uma política industrial, o drástico corte nos investimentos públicos e privados e a redução no esforço de incorporação de progresso técnico (pesquisa e desenvolvimento, implantação de setores de tecnologia de ponta, formação de recursos humanos) (SUZIGAN, 1988, p.15).

Essas modificações diluíram a dependência do município em relação a uma empresa ou grupo empresarial, não sem graves consequências. Mas, parte significativa das empresas que surgiram no fim dos anos 1980 e nos 1990 nasce direta ou indiretamente de ex-associados, ex-colaboradores da Zanini, ou de ex-alunos da Escolinha da Zanini. Na década de 1980 surgiram duas empresas de grande porte: a Fertron, em 1983, surgiu de funcionários da Smar (descendentes da Zanini) no setor de controle e automação industrial; a ASES Turbinas, de Alcir dos Santos, ex-funcionário da Zanini. Além delas, podemos destacar outras empresas de grande porte: TGM Turbinas, a maior empresa de turbinas da cidade, fundada em 1992; TTE Tratamento Térmico; Austempera; Usimeta; Herom;

Brumazi; Ferrusi; Mold Center; Smar; Caldema; Moreno; Sermatec; dentre muitas outras.

Em meio à crise, no início de 1990, houve uma tentativa de “consolidar uma forte posição competitiva nos mercados nacional e internacional”, através do consórcio entre a Zanini S/A Equipamentos Pesados e a Dedini S/A para fornecer a cinco usinas no Irã, por intermédio de Wolfgang Sauer, ex-presidente da Volkswagen do Brasil e mentor da indústria Autolatina (consórcio entre Volkswagen e Ford). Com a ação do prefeito de Sertãozinho na época, Waldyr Alceu Trigo, o BNDES viabilizou a verba para a fusão das empresas e não dos grupos; do Grupo Zanini ficaram de fora Sermatec, Zanini Internacional e Renk-Zanini, do Grupo Dedini, ficaria de fora da fusão a divisão de turbinas. Surge daí a DZ S/A Engenharia, Equipamentos e Sistemas, iniciando as atividades como a maior fornecedora para o setor sucroalcooleiro, com um passivo de US\$ 50 milhões. Mas a fusão não deu certo. Em dezembro de 1994 a Zanini retira-se da sociedade ficando com os imóveis de Sertãozinho e a Dedini assumiu o controle da DZ, atual Dedini S/A (LEÃO, 2005: 161-167).

Os anos 2000: o que veio antes da atual crise

Aparentemente morto entre 1986 e 2003, quando ocorre o “arrefecimento da intervenção estatal na agroindústria canavieira” (SHIKIDA, 2004, p.227), o Proálcool ganha estímulo a partir de 2003 para sua quarta fase em função do novo aumento no barril do petróleo (ver Gráfico 1), pela mudança de paradigma sobre os combustíveis fósseis a partir, principalmente, do Protocolo de Kyoto e pelo surgimento dos veículos bicompostíveis (*flex fuel*). Esses fatores geraram grande otimismo sobre a possibilidade de explorar o mercado de carbono, consequência do Protocolo de Kyoto, e o grande aumento da produção de veículos *flex* (MICHELLON *et al*, 2008).

Cabe acrescentar o crescimento da cogeração de energia elétrica e a sua capacidade de, além de renovável, servir de alternativa à baixa dos reservatórios das hidrelétricas, preocupação crescente, especialmente após o racionamento de energia elétrica entre 2001 e 2002. Além dos tradicionais produtos: açúcar, álcool, aguardente, bagaço (usado para cogeração de energia elétrica, papel e celulose, ração animal e adubo) e melaço (SHIKIDA, 2004; ELETROBRAS, 1996-2002). Acreditava-se, na época, que o etanol era “reconhecido mundialmente pela externalidade positiva e vantagens sociais” e que “os países de 1.º mundo” estariam “interessados nessa tecnologia brasileira” (SHIKIDA, 2004, p.227)

É nesse cenário promissor que o número de usinas no país salta de 327, em 2002/2003 para 400 na safra de 2009/2010 (BRASIL, 2012, p.14; VIEIRA, 2006, p.216). Sem contar os investimentos em ampliação da capacidade produtiva de usinas já existentes. Tudo isso, com grande oferta de crédito por parte do BNDES, aquecendo a produção industrial sertaneza,

gerando milhares de empregos e estimulando a criação de diversas novas empresas. O otimismo dos anos da “Califórnia Brasileira” estava de volta. Desta vez, não por muito tempo, a crise internacional de 2008 leva o Estado Brasileiro a estimular o consumo de bens duráveis, com renúncia fiscal (redução de IPI) e a enfatizar gradualmente o Pré-Sal, e a falta de diversificação no parque industrial local fez com que, a partir de 2010, a economia local desaquecesse continuamente até o estágio atual.

CONCLUSÃO

Dessa forma, concluímos que o desenvolvimento de Sertãozinho deriva:

- do capital proveniente da atividade cafeeira;
- da chegada de imigrantes capacitados em diversas atividades manufatureiras, inicialmente nas fazendas de café e, posteriormente, fixando-se no município;
- da tradição da atividade canavieira, como pode ser observada na presença de vários pequenos engenhos desde o início da ocupação;
- da desintegração dos domínios cafeeiros;
- das dificuldades de distribuição de produtos no território nacional durante a Segunda Guerra Mundial, notadamente pela inviabilização da cabotagem, o meio mais barato de distribuição do açúcar nordestino no Centro-Sul do país encareceu a produção e interrompe o exclusivo protecionismo do IAA sobre a produção nordestina, passando a um protecionismo da produção nacional;
- das ações estatais durante e após a Segunda Guerra, especialmente com o fim do Estado Novo, permitindo a maior participação paulista na economia canavieira, graças aos estímulos e financiamentos do IAA e dos suportes técnicos do IAC e da ESALQ;
- da demanda criada por essas usinas estabelecidas no município, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, para o aperfeiçoamento técnico das oficinas, fundadas, em sua maioria, por imigrantes ou seus descendentes;
- dos choques do petróleo que levaram a criação do Proálcool e do II PND que expandiu a participação do BNDE para estimular a indústria pesada.

Dessa forma, o cerne da industrialização da cidade encontra-se: nas ações do Estado como fonte de investimentos mobilizando a tradição local, pois desde a ocupação notamos a prática de atividades canavieiras e metalurgia, que provoca o choque tecnológico. É perceptível que não se trata apenas de aproveitar condições criadas, mas da dependência de investimento estatal direto:

a capacidade de investimento do Estado significou ascensões e a incapacidade de investimento desencadeou crises profundas, invariavelmente. Como exemplo, podemos relacionar a atuação do Estado com a ascensão do Grupo Zanini e seu posterior desmembramento; com o surgimento de novas indústrias a partir de 2003 com o Proálcool IV, gerando novo estímulo à indústria canavieira, bem como a crise iniciada e intensificada a partir do ano de 2008.

Essa ação, cujo Estado é protagonista como investidor e como ordenador do pacto populista, conciliando os interesses do capital privado nacional e estrangeiro, e reformulado em diferentes contextos, acentuou a divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, expandindo a urbanização e, por conseguinte, as diferenciações sociais com “novas classes urbanas não operárias” (OLIVEIRA, 1989, p.118), o que levou o município a atingir, segundo as Informações dos Municípios Paulistas (IMP, 2016), 116.832 habitantes em 2015 com grau de urbanização de 99,23%.

Em outras palavras, esses ciclos do modelo econômico que sustentou o desenvolvimento da cidade jamais foram autônomos, estando sempre vinculados a ações do Estado como investidor. Nos anos 2000, o salto da industrialização local não pode ser desvinculado dos pesados investimentos do BNDES financiando cerca de uma centena de novas usinas, que aqueceu o setor metalúrgico local, levando ao surgimento de inúmeras indústrias na cidade. Mais uma vez a capacidade produtiva do município crescia mais do que a capacidade de consumo sustentável do setor de destino – mesmo que todos os projetos fossem finalizados é razoável supor que não haveria a construção de 100 usinas continuamente.

Mesmo o movimento de diversificação ensaiado, foi uma busca de encontrar apoio nos braços do Estado. A proposta era adequar empresas locais para produzir e dar manutenção em equipamentos para a exploração do Pré-Sal, como foi o chamado Fórum do Pré-Sal, em 2010, organizado pela Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio, CEISE-Br e Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, 2010). Essa nova possibilidade de desenvolvimento, na verdade, era o retorno ao velho e único “semeador do Sertão”. Desta vez, com atraso, pois os sinais da crise mundial de 2008 já apareciam no país, impactando fortemente o município e indicando comprometer a capacidade de investimento do Estado Brasileiro. Tanto quanto o Governo Federal foi letárgico ao se agarrar com as duas mãos no Pré-Sal como segurança diante da crise internacional, as lideranças locais também o foram. Nenhum planejamento estratégico para aproveitar a capacidade industrial instalada e a mão de obra qualificada foi apresentado no sentido de buscar novos setores industriais, nos quais a dependência do Estado ao menos não fosse direta – como investidor. Não houve mobilização no auge da economia para formalizar um *cluster* industrial e nem uma discussão pública, envolvendo instituições públicas de educação, empresários, representantes de classes e representantes do poder público, para pensar a constituição de um APL (Arranjo Produtivo Local). Sequer, foi utilizada a velha estratégia dos

incentivos fiscais para atrair novas empresas interessadas na mão-de-obra qualificada do município.

Nada é definitivo, mas se a História permite enxergar tendências, a falta de ação concreta e de organização para um planejamento estratégico, amplo e dialogado com o conjunto da sociedade civil, indica os vícios de uma trajetória historicamente verificável: eleger os culpados foi a primeira e fácil etapa, agora, com a desesperança tomando conta da comunidade local, aposta-se alto em que a solução venha de uma simples troca no comando do Governo Federal. É improvável, pois a capacidade de investimento do Estado brasileiro se encontra seriamente afetada (e os prognósticos não indicam uma recuperação imediata), com o preço do barril de petróleo girando em torno dos U\$\$ 30,00 (trinta dólares) o Pré-Sal torna-se pouco atrativo e pressiona ainda mais a margem de lucro dos combustíveis alternativos ao petróleo (GLOBO.COM, 2016). Assim, o principal desafio de hoje, é o mesmo dos anos 1980: pensar saídas de desenvolvimento que prescindam de investimentos diretos do Estado.

REFERÊNCIAS

Artigos

SHIKIDA, Pery F. A. “Evolução e fases do Proálcool: 1975-2000”. In: CALZAVARA, Oswaldo; OLIVEIRA LIMA, Rodnei (Orgs.) **Brasil rural contemporâneo – estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e Industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política. Vol. 8, n.º 4. Outubro – dezembro, 1988

SZMRECSÁNYI, Tamas. **O desenvolvimento da agroindústria canvieira do Brasil desde a - Segunda Guerra Mundial**. Estudos Avançados, vol.5, n.11 São Paulo Jan./Abr. 1991. pp. 57-79. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100006&script=sci_arttext&lng=en .

Acesso em 14 fev. 2016.

Fontes Manuscritas

Cartório Oficial de Registros de Imóveis e Anexos de Sertãozinho

Livro de Registro de Imóveis

Livro 3F

Registro n.º	Folhas	Ano	Proprietário
3198	31-32	1931	Companhia Agrícola Dumont
3932	207	1935	Patrimônio de Nossa Senhora e de São João

Livros

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume II: O Jogo das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1996.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

HASSE, Geraldo. **Filhos do Fogo – Memória Industrial de Sertãozinho**. São Paulo: Ed. Céu e Terra, 1996.

_____. **Maurílio Biagi – O Semeador do Sertão**. São Paulo: Ed. Céu e Terra, 2003.

LEÃO, Regina M. **Dedini: a força de um ideal**. Piracicaba: R. M. Leão, 2005

MELLO, João M.C. **O Capitalismo Tardio**. 8.º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MICELI, Paulo. C. **Era uma vez em Sertãozinho... Certas histórias de uma história que é do trabalho: pessoas, fatos e feitos**. São Paulo: Nobel. 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. (Biblioteca de Economia)

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

SANTOS, Adriano P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARTI, Sônia M. (org.). **Sertãozinho: energia, fé e trabalho**. Ilustrações Janaína Daniele Gomes Ferreira. 1.º ed. – São Paulo: Noovha América, 2007.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 7.º Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Parte da monografia em meio eletrônico

ALCOPAR. **Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná**. Disponível em: http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_br.php. Acesso em 14 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Perfil do Setor do Açúcar e do Alcool no Brasil**. Edição para a Safra 2009/2010. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Diretoria de Política Agrícola e Informações. Maio 2012. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/estatisticas/producao/JUNHO_2012/Publicacoes/Perfil%20Sucroalcoleiro%20-%20safra%202009-10.pdf. Acesso em 14 fev. 2016.

CASTRO, Moacyr. 30 anos de Proálcool. **BiodieselBR**, 16 nov. 2005. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/proalcool/30-anos/proalcool-30-anos.htm>. Acesso em 14 fev. 2016.

CEISE-BR. **História do CEISE-Br**. Disponível em: <http://www.ceisebr.com/o-ceise-br/conteudo/historia-do-ceise-br>. Acesso em 15 fev. 2016.

ELETROBRÁS. O racionamento de 2001. **História da Eletrobrás. 1996-2002**. Disponível em: http://www.eletrbras.com.br/Em_Biblioteca_40anos/96-02.asp. Acesso em 16 fev. 2016.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>. Acesso em 12 fev. 2016.

GLOBO.COM. Preços do petróleo disparam mais de 10% após rumores de cortes da Opep. **G1**. Publicado 12. Fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/02/precos-do-petroleo-disparam-mais-de-10-apos-rumores-de-cortes-da-opep.html>. Acesso em 14. Fev. 2016.

MICHELLON, Ednaldo *et al.* **Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol**

produzido no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf>. Acesso em 15 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO. **Sertãozinho entra definitivamente na era do Pré-Sal.** Notícias. Publicado 03 set. 2010. Disponível em: <http://www.sertaozinho.sp.gov.br/conteudo/sertaozinho-entra-definitivamente-na-era-do-pre-sal.html#.VsJ3ifkrLDd>. Acesso em 14 fev. 2016.

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. **O Processo de Industrialização Brasileira: uma visão geral.** X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, ago., 1990. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-4.pdf>. Acesso em 15 fev. 2016.

VIEIRA, Maria Célia A. Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: Evolução e Perspectivas. **Departamento de Agroindústria (DEAGRO) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).** 2006. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conheciment o/liv_perspectivas/07.pdf. Acesso em 14 fev.2016

Teses

SAMPAIO, Mateus de A. P. **“Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias – o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavicultura paulista: XVI a XXI”.** 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.